‘APTIDÕES’ E ‘CARÊNCIAS’ NA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL NO BRASIL

Fernanda Potzik Soccio[1,2], Luiz Bosco Sardinha Machado Júnior[1]

1Faculdades Integradas de Ourinhos, Curso de Psicologia, Ourinhos, SP. 2Atua no Patronato Municipal de Jacarezinho.

RESUMO

Este trabalho tem por temática a Psicologia Escolar. O objetivo da pesquisa é interligar a história da Psicologia Escolar com as explicações a respeito do fracasso escolar. Para abordá-lo, é preciso apresentar seu percurso histórico no mundo e no Brasil, para indicar seus principais aspectos. Adentrando a questões do fracasso escolar e suas implicações em cada momento histórico, analisar se essas explicações colocaram os sujeitos naqueles papéis ditados socialmente, bem como analisar até que ponto essas teorias foram superadas nos dias atuais. Também será importante refletir sobre o fracasso escolar na atualidade e algumas de suas novas configurações, como a medicalização e patologização. O trabalho considera, por fim, que na área da educação não é possível responder suas problemáticas de forma determinista nem estabelecer relações causais e lineares. Percebemos que ainda há muito que construir.

Palavras-chave: psicologia escolar e educacional, fracasso escolar, problemas de aprendizagem, história da psicologia

‘APTITUDES’ AND ‘DEPRIVATION’ AT BRAZILIAN EDUCATIONAL PSYCHOLOGY HISTORY

ABSTRACT

This paper’s theme is Educational Psychology. The research aims link Educational Psychology history and explanations on school failure. To approach it, needs to present its history in Brazil and at the world, indicating its main aspects. On school failure issues in which historical context, we analyse if those explanations let subjects on to social roles, as well at which point those theories were surpassed. Also important is think about school failure today and its new forms, like medicalization and pathologization. Finally, we considerer impossible to answer to Educational’s issues in a deterministic way or establish linear and causal relations.

Keywords: educational psychology, school failure, learning problems, psychology history

INTRODUÇÃO

Percorrer a história da Psicologia Escolar e delinear o campo de atuação não é tarefa simples; some-se a isso a co-existência de posicionamentos diferentes acerca do que seja a Psicologia Escolar. Algumas dúvidas existem sobre essa temática, relativas a como é a atuação do profissional; sobre qual teoria ele se pauta; quais suas possíveis ações no âmbito escolar. Questões como essas nos levaram a este trabalho de revisão bibliográfica. Mesmo que não seja possível suprir e respondê-las integralmente, será com base nelas que o texto a seguir se pautará.

Para a compreensão da trajetória histórica da Psicologia Escolar, é preciso repensar inicialmente sobre o papel da Psicologia e seu surgimento como ciência, o qual se vincula ao momento histórico de consolidação do capitalismo, no qual há uma transformação nos modos de produção e nas relações de poder, abrindo-se oportunidade à criação de novas subjetividades. A psicologia desempenhou um papel importante como disciplina e uma precisa função sobre o capitalismo: a de contribuir para que essa nova forma de sociabilidade pudesse manter o desenvolvimento econômico (GUZZO et al., 2010). Parte-se do pressuposto, portanto, de que os modos de produção, a urbanização e o surgimento do capitalismo fizeram emergir na sociedade diferentes modos de se relacionar e diferentes subjetividades.

Não se pretende explicar toda a modernidade por meio dos processos econômicos, no entanto, estes não podem deixar

de ser levados em consideração enquanto se tem consciência de que os processos de ensino formais se ligam diretamente a essas transformações advindas do período capitalista. A Educação[1] é vista como algo que reproduz as mudanças e intencionalidades de quem está no poder, tanto no que diz respeito a tecnologias, modos de produção, modos de relação, entre outros.

> Essas transformações tecnológicas e científicas levam à introdução, no processo produtivo, de novos sistemas de organização do trabalho, mudanças no perfil profissional e novas exigências de qualificação dos trabalhadores, que acabam afetando os sistemas de ensino. (LIBÂNEO, 2010, p.28).

Cumpre destacar que a escola contemporânea tende a ser local de transmissão da educação formalizada, e que é aos diversos problemas concernentes a isso que se correlaciona a Psicologia Escolar.

A Psicologia Escolar pode ser compreendida, de modo conciso, como uma área da psicologia que se interessa pela maneira como a escolaridade tem relevância na vida das crianças em geral e a situação do aluno em interação com uma escola específica. A especialidade necessita de conhecimentos, pesquisas que envolvam o educando e outros (COSTA; SOUZA; RONCAGLIO, 1995). Possui, portanto, um campo de ação determinado, que é a escola, e aplica os conhecimentos da Psicologia na escola considerando todos os atores que compõem o cenário pedagógico, a fim de fazer com que ela cumpra seu papel social, atualizando as potencialidades dos sujeitos.

1 Psicologia e Educação

A Psicologia Escolar tem suas raízes na transição do século XIX para o XX, na criação dos primeiros laboratórios de Psicologia que estudavam crianças com problemas de aprendizagem e que foram constituídos a partir da influência norte-americana e francesa.

> [...] a psicologia, enquanto instrumento aplicado às práticas educacionais se origina justamente no final do século XIX, com o empenho de educadores e cientistas do comportamento em classificarem crianças com dificuldades escolares e proporem às mesmas métodos especiais de educação, a fim de ajustá-las aos padrões de normalidade definidos pela sociedade. (YAZLLE, 1997, p.15).

Três autores podem ser considerados os pioneiros da história da psicologia educacional (SANTROCK, 2009). O primeiro deles é William James, que falava sobre a aplicação da psicologia educacional em crianças e defendia que um teste laboratorial não diria como ensiná-las; somente por meio de observação do cotidiano escolar é que se poderia aprimorar a Educação. Outro pensador importante é John Dewey, que foi o primeiro a estabelecer um laboratório de Psicologia Educacional, trazendo a ideia de criança como aprendiz ativo e de que é preciso aprender fazendo. Também trouxe a concepção de que é preciso aprender a pensar para que o indivíduo se adapte às questões tanto de dentro como de fora da escola. Um terceiro pioneiro foi Thorndike, que considerava a avaliação e mensuração princípios científicos básicos da aprendizagem e dizia que é preciso constantemente aferir as habilidades dos alunos.

Foi a abordagem deste que dirigiu a Psicologia Educacional na primeira metade do século XX. Skinner, dentro da psicologia americana, desenvolveu suas ideias a partir de Thorndike e tentou determinar com precisão melhores condições para a aprendizagem. Afirmava que as propostas de James e Dewey não poderiam ser objetos de estudo, pois os processos mentais não seriam observáveis.

Os objetivos que foram apontados por essa abordagem do comportamento não atendiam às necessidades dos educandos, no que diz respeito aos processos de ensino e

[1] Entende-se educação como um conjunto de ações, processos, influências e estruturas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações. (LIBÂNEO, 2010). Portanto, uma prática social humanizadora, por meio da qual o homem a determina e é determinado por ela.

aprendizagem. Contrário a esse pensamento, Bloom criou uma taxonomia de habilidades cognitivas que deveriam ser desenvolvidas pelos estudantes com a ajuda dos professores (SANTROCK, 2009).

É necessário, ainda, falarmos sobre a diferença e a proximidade entre psicologia escolar e psicologia educacional. De acordo com Coll (2004), a psicologia educacional defende o ideal de que educação e ensino podem melhorar sensivelmente com a utilização dos conhecimentos psicológicos. No entanto, há discrepância entre os princípios que devam ser aplicados. Diante dos três autores apresentados anteriormente como pioneiros há dois tipos de problemáticas evidenciadas em suas teorias: a primeira seria em relação ao desenvolvimento da aprendizagem no indivíduo, como esta se procede, quais as formas de observá-la e obter resultados diante dela; e a segunda quanto ao reformismo social, no que tange às mudanças graduais nos processos coletivos de aprendizagem e suas implicações diante dessas transições.

> A coexistência de diversas escolas de pensamento e de teorias explicativas da aprendizagem, do desenvolvimento e do psiquismo em geral, [é] que põe em questão a capacidade da psicologia científica para chegar a um conhecimento objetivo, unificado, empiricamente contrastado e aceito [...] (COLL, 2004, p.20).

Há diversidade de formulações e propostas para serem trabalhadas dentro do contexto escolar. Nessa situação, é possível destacar três fatores: primeiro, a reconsideração em profundidade das finalidades da educação; em segundo lugar, a eventual aceitação de novos conceitos em psicologia do desenvolvimento; por fim, a modificação da ótica adotada nos últimos anos com relação à natureza das relações entre psicologia e educação (COLL, 2004).

Por sua vez, o cenário em psicologia da educação é bastante heterogêneo: mesmo os próprios autores envolvidos não chegam a uma conclusão a respeito de que se trata a Psicologia da Educação e quem são esses profissionais que vão trabalhar nessa área. Como contingente, exemplifica-se três situações distintas: a psicologia da educação como especialização dentro da psicologia, a psicologia da educação como aplicação de teorias psicológicas aos sujeitos envolvidos nas relações de ensino-aprendizagem, ou a psicologia da educação isolada com suas próprias bases teóricas (COLL, 2004).

Na concepção da Psicologia aplicada à Educação e a Psicologia da Educação como disciplina, é possível estabelecer que as duas partilhem da ideia de que Psicologia da Educação se relaciona com a utilização do conhecimento psicológico para melhorar teorias e práticas educacionais, partindo, no entanto, de esquemas lógicos diferentes.

Compreendidas as diversas concepções que emergiram no interior dessa temática, há de se analisar o objeto de estudo da psicologia da educação, visto que é "importante estudar os processos de mudança que se produzem nas pessoas como conseqüência de sua participação em atividades educacionais" (COLL, 2004, p. 30).

> A psicologia da educação é de pleno direito, uma disciplina psicológica, já que seu foco é o estudo de processos psicológicos; mas é também, e ao mesmo tempo, uma disciplina educacional, pois os processos psicológicos aos quais volta sua atenção são inseparáveis das situações educacionais que estão em sua origem, o que significa que é imprescindível levar em conta as características destas últimas para estudar cabalmente aqueles. (COLL, 2004, p. 32).

Em outras palavras, mesmo que haja discordâncias em relação a essas teorias, uma não se desvincula da outra, pois os processos psicológicos que se estão estudando têm suas bases dentro do contexto educacional, e dele não há como se desvencilhar.

Além disso, é necessário pautar-se nos conteúdos da Psicologia da Educação que se dividem em dois blocos distintos: aqueles que estudam os processos de mudança que

acontecem nas pessoas "vinculadas aos processos de aprendizagem, de desenvolvimento e de socialização", e o segundo grupo que são os "fatores das situações das atividades educacionais que se relacionam direta ou indiretamente com esses processos de mudança", justificados pela teoria de Calfee e Berliner (1996, p.2 apud COLL, 2004, p. 33) que afirmam que a educação escolarizada comporta sempre e necessariamente alguém que ensina algo a outro alguém em um contexto institucional com um propósito e espera certos resultados que são avaliados.

2. A Psicologia Escolar no Brasil

O início da Psicologia Escolar no Brasil revela o caráter clínico das intervenções que eram realizadas. Por um longo tempo houve a ideia de que o psicólogo escolar deveria pautar sua prática na avaliação de crianças com dificuldades de aprendizagem, e isso seria feito por meio de instrumentos psicológicos que mediriam a capacidade dos alunos, separando os 'aptos' dos 'não aptos' (PATTO, 1990).

A esse respeito, Goulart (1987, p.09) comenta que:

> A Psicologia no Brasil se desenvolveu estreitamente ligada à educação, primeiro campo ao qual se deu a aplicação desta ciência em nosso País. Na realidade, não foi a Psicologia da Educação que derivou da Psicologia, mas sim a segunda que derivou da primeira, pois, historicamente, no Brasil, desde o início do século, a Psicologia da Educação tornou-se o fundamento básico da educação.

Para melhor compreensão dessas vicissitudes referentes ao processo histórico, faz-se mister apresentar brevemente alguns fatos.

No ano de 1830, a primeira "Escola Normal" foi criada em Niterói, depois em 1835 a da Bahia, e em 1846, em São Paulo, com a primeira escola destinada à formação de professores, na qual uma das disciplinas era a Pedagogia. Em 1912, a Pedagogia passou a ser composta por três disciplinas, Pedagogia, Psicologia e Metodologia. Em 1931, foram desenvolvidos cursos de aprimoramento de professores primários, que incluíam o ensino de várias disciplinas, entre elas, a Psicologia e suas Aplicações na Educação. Em São Paulo, Clemente Quaglio foi o criador do "Gabinete de Psicologia Experimental" na cidade de Amparo. No início do século XX, ele realizou algumas pesquisas sobre a deficiência mental em alunos, e para isso fez uso de instrumentos de mensuração da inteligência desenvolvidos por Binet e Simon (BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2010). Esses laboratórios de Psicologia espalhados pelo país produziram diversas pesquisas com foco na mensuração do desenvolvimento mental, aprendizagem e 'maturidade'.

No ano de 1914, um psicólogo italiano, Ugo Pizzoli, foi contratado pelo governo do Estado de São Paulo para modernizar e dinamizar o laboratório criado por Quaglio, enfatizando pesquisas ligadas à Psicologia e à Educação. (NETTO apud WECHSLER, 2001, p.34).

Até os anos 20, a Pedagogia era fortemente influenciada pela Pedagogia católica, até que esta começa a perder espaço com o "...surgimento, no Brasil, do movimento de educação nova de inspiração norte-americana, que vai tomando conta, nos anos 30, de uma elite intelectual de educadores brasileiros". (LIBÂNEO, 2010, p.47).

Saviani (2012), através dos estudos sobre Anísio Teixeira, aponta que na década de 1930, com o movimento escolanovista, a escola deveria se mostrar uma réplica da sociedade, acompanhando seu avanço material, e para isso essa reforma deveria se apoiar na psicologia através de seus conceitos de aprendizagem.

As bases teóricas do escolanovismo europeu e norte-americano "têm como suporte uma concepção científica da educação, no sentido de que princípios e leis do processo educativo devem subordinar-se às exigências da verificação experimental dos fatos". (LIBÂNEO, 2010, p. 119).

> Se nos séculos XVII, XVIII e XIX a ênfase das proposições educativas se dirigia aos métodos de ensino formulados a partir de fundamentos filosóficos e didáticos, no século XX a ênfase desloca-se para os métodos de aprendizagem, estabelecendo o primado

> dos fundamentos psicológicos da educação. (SAVIANI, 2012, p. 103).

Desenvolve-se assim, uma ciência experimental da Educação, evidenciando uma prática educativa de cunho científico, que se utilizava da Psicologia, da Biologia e da Sociologia. A criação e o funcionamento dos primeiros laboratórios de Psicologia no país também foram consequência do ensino normal. No Rio de Janeiro, foi instalado um Laboratório de Psicologia Pedagógica, na instituição que se chamou *"Pedagogium",* o qual se manteve ativo durante mais de 15 anos, e produziu várias investigações ligadas à Psicologia e à Educação. (NETTO apud WECHSLER, 2001, p. 34).

Até a regulamentação da profissão de psicólogo em 1962, a Psicologia no Brasil era disciplina obrigatória nos cursos de Pedagogia, Filosofia e Medicina, e uma prática auxiliar ao Ensino, desenvolvida principalmente por médicos psiquiatras e sanitaristas. Com a promulgação da lei 4119, a profissão é reconhecida legalmente como prática independente da Pedagogia e da Medicina. A orientação psicopedagógica passou a ser uma das funções privativas do psicólogo, além da "solução de problemas de ajustamento" (BRASIL, 1962). Esta evidencia a visão da Psicologia como responsável por corrigir 'desvios de conduta'.

Em 1970, a promulgação da lei nº 5.692/71, no âmbito da educação, ampliou o sistema educacional e efetivou a expansão da escolaridade obrigatória e gratuita, trazendo mudanças significativas no contexto escolar (BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2010, p. 395; BRASIL, 1971). Diante dessa situação, a Psicologia, que tinha como principal instrumento a psicometria e a área clínica, foi chamada para auxiliar o sistema educacional, a fim de se entender as queixas escolares.

Por um longo período, as explicações sobre o fracasso escolar eram baseadas em resultados obtidos pelos instrumentos de mensuração da inteligência, atributos afetivos, motores e outros, que ora localizavam a problemática no indivíduo, ora relacionavam as dificuldades escolares às condições socioeconômicas e/ou ao ambiente familiar (BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2010).

No entanto, havia uma insatisfação, por parte dos psicólogos e dos sujeitos afetados com este trabalho, com esse tipo de prática e isso provocou uma crise durante as décadas de 60 e 70. Foi período de discussão e reflexão que evidenciava uma insegurança na atuação em psicologia escolar, já que aquele tipo de trabalho não supria a demanda que o contexto exigia, que seria muito além da explicação pautada em testes experimentais, e sim uma exigência mais contextualizada, que respondesse às problemáticas envolvidas no campo escolar.

Compreende-se a necessidade de pensar o Psicólogo Escolar diante dos acontecimentos históricos que subscreveram sua atuação, em sua questão prática e contextualizada. Conforme aponta Patto (1990), a história da Psicologia Escolar tem que ser pensada a partir das raízes históricas e não apenas por indicadores quantitativos do sistema educacional resultantes de políticas que buscam a universalização do ensino.

> Uma peculiaridade brasileira é que, diferente do que ocorreu em outros países nos quais a área de Psicologia Educacional e Escolar se consolidou após a Psicologia propriamente dita, como uma derivação desta, pelo menos no que se refere à prática, no Brasil ocorreu de forma diferente. [...] nasceu, desenvolveu-se e se consolidou concomitantemente à Psicologia propriamente dita e, no que tange ao âmbito de aplicação prática dos conhecimentos psicológicos, o campo educativo é um dos primeiros. (BARBOSA, 2011, p. 292).

Diante dessas colocações, é possível compreender que a Educação é que chamou a Psicologia brasileira para fundamentar suas questões.

3. Pensando o Fracasso Escolar

A obra de Patto (1990), "A produção do fracasso escolar", é um dos principais referenciais teóricos para possível compreensão desse fenômeno em nosso País. Embora o contexto atual, político e econômico seja diferente do momento em que a autora publicou sua obra, o

país ainda continua produzindo uma sociedade desigual. É preciso entender o fracasso escolar pensando na instituição como um todo e não apenas culpando ao aluno. O fracasso escolar denuncia um modelo de sistema produtor de desigualdades.

Algumas concepções tendem a colocar a culpa toda no aluno, o que não é novidade e é necessário que se questione o porquê disso, de onde se criou essa ideia e o que ou a quem ela sustenta. A relevância de se compreender esse fato historicamente está em perceber o lugar que a Psicologia e a Pedagogia ocuparam no cenário brasileiro.

Patto (1990) postula três eixos distintos ao analisar o fracasso escolar, cada qual referente a um momento histórico.

De modo sintético, é possível colocar que foi a partir do século XIX que se iniciou uma política educacional propriamente dita, e esta decorreu de três vertentes que permeavam o mundo na época: a primeira era a crença no poder da ciência, advinda do Iluminismo; a segunda, diz sobre o projeto liberal de um mundo que pregava igualdades, e que substituía a crença de que havia uma desigualdade proveniente da herança familiar; e a terceira eram as lutas pela consolidação dos estados nacionais. (PATTO, 1990).

A princípio, a escola foi imposta como instrumento para unificação nacional; foi a partir do momento em que a classe trabalhadora se viu em desigualdade, que buscaram a escola como meio de tentar escapar dessa situação, numa tentativa de abandonar o trabalho braçal e fabril, e passar a outra condição social. No entanto, essa noção de igualdade traz consigo uma contradição, já que as atribuições eram feitas mediante exames nos quais os critérios eram as aptidões. Os testes selecionavam diferentes tipos de inteligência, e essa é a primeira teoria explicativa que Patto (1990) identifica para analisar o histórico do fracasso escolar.

Em resumo, com o aumento da procura por escolas, houve a necessidade de explicar as diferenças no rendimento escolar dos indivíduos. Na época, buscou-se trabalhar com o termo 'aptidão'. Compreende-se "aptidão como resultante de uma predisposição que se revelaria num rendimento líquido, distinto de um rendimento bruto decorrente de outras influências além da predisposição" (PATTO, 1990, p. 64).

Conforme se buscava essa compreensão, os testes psicológicos foram incluídos no sistema para justificar o fracasso de uns e o bom desempenho de outros. "Inicialmente circunscrita à avaliação médica segundo os quadros clínicos da época, a avaliação dos 'anormais escolares', tornou-se [...] praticamente sinônimo de avaliação intelectual". (PATTO, 1990, p. 66). Em outras palavras:

> No final da década de 1930 começa-se a abandonar o conceito corrente na época de "criança anormal" e adota-se o conceito de "criança problema", que privilegia não apenas os aspectos intelectuais para entender o fracasso escolar, mas também as questões físicas e principalmente afetivas. Os olhares se voltam então para a constituição, organização e funcionamento da família, a qual seria responsável pelos comportamentos e dificuldades apresentados pela criança considerada problema. (RIBEIRO, 2012, p.2).

Os testes se consolidaram como método demonstrativo para justificar o peso de questões hereditárias. Nesse momento, é interessante perceber como a ideologia dominante pensava os modos de viver, visto que passaram a direcionar suas teorias para o fator racial, considerando haver etnias e classes inferiores umas às outras.

> Diante da recorrência de dados que apontavam negros e os trabalhadores pobres como os detentores dos resultados sistematicamente mais baixos nos testes psicológicos, a explicação começa a deixar de ser racial – no sentido biológico do termo – para ser cultural. (PATTO, 1990, p. 68).

Nos anos sessenta foi elaborada a “teoria da carência cultural”, “que surge como resposta política aos movimentos reivindicatórios das minorias raciais norte-americanas e dos grupos sociais mais atingidos pela exploração econômica e pela dominação cultural que não aceitam a desigualdade e a denunciam” (PATTO, 1990, p. 68). Com isso, há uma tendência a colocar no indivíduo pobre todo tipo de “defeito”. Diante dessa situação, criou-se um tipo de escola compensatória que visava reverter a diferença cultural.

> A "teoria" da carência cultural retomou a explicação da "marginalidade" social e legal nos termos biopsicológicos que vieram no bojo do movimento escolanovista. [...] ela só tem contribuído para o aprofundamento da má qualidade da escola que se oferece ao povo, na medida em que justifica um barateamento do ensino que acaba realizando a profecia segundo a qual os pobres não têm capacidade suficiente para o sucesso escolar. (PATTO, 1997, p. 2).

As ideias apresentadas pela Teoria da Carência Cultural são acompanhadas apenas de algumas considerações sobre a má qualidade do ensino oferecido às crianças consideradas de classe social economicamente desfavorecida. (RIBEIRO, 2012, p. 2). Se, na vigência do humanismo, a ênfase era colocada na possibilidade de igualdade numa sociedade de classes, na era da decadência dessa ideologia os “liberais” vem para grifar a segunda palavra da expressão “igualdade de oportunidades”. (PATTO, 1990, p. 69). Ou seja, inicialmente justificaram o fracasso escolar culpabilizando a hereditariedade e a raça. Como forma de superação dessa posição, o sujeito passou a ser visto em condições deficitárias e colocou-se no ambiente desfavorecido a justificativa para o fracasso escolar.

Inserido nesse contexto, Patto (1997) fala sobre os testes que foram difundidos e que acabaram por estigmatizar e justificar a exclusão escolar. Tudo acontece como se professor e psicólogo partissem do princípio de que o sujeito que está sendo examinado seja portador de alguma anormalidade. Basta consultar os testes, para supostamente descobrir qual anormalidade é essa (PATTO, 1997). Estes acabaram sendo uma armadilha para as crianças, que acabam sendo apenas vítimas de um resultado.

A teoria da carência cultural sofreu diversas críticas, tanto por sua questão preconceituosa, como por ser reducionista, ao reforçar a ideia de que a criança marginalizada teria uma cultura inferior. Embora a Psicologia, hoje, não considere mais esses fatores, o imaginário popular ainda está permeado por esses ideários, que, em tese, não são evoluções, mas sempre sobreposições que tentam justificar o fracasso escolar deslocando a responsabilidade para fora da escola.

Por conta disso, Patto (1990) salienta a importância de se quebrar o estigma de que o fracasso escolar é culpa específica do aluno ou da família e adverte para se pensar nas questões próprias da instituição na produção do fracasso escolar, rompendo assim com as visões tradicionais das dificuldades de aprendizagem e da carência cultural.

Reflexões Finais: novos caminhos para a Psicologia Escolar e Educacional

Buscamos estabelecer uma linha de raciocínio, mediante a qual destacamos os principais pontos da história da Psicologia imersa no contexto educacional. Foi observado que há necessidade de recriar o espaço do psicólogo dentro da instituição, mostrando que essa articulação só tende a contribuir para todos os agentes da escola. Se, no princípio, a Psicologia se colocou em função de responder demandas da época e acabou por excluir certas parcelas da sociedade, atualmente, depois de anos de sua inserção nas instituições escolares, está se abrindo possibilidades para que seja mais autocrítica e se coloque a favor das causas sociais mais equitativamente justas.

Por um lado, mesmo que o ambiente seja favorável à criação de uma ‘nova’ Psicologia capaz de articular seus saberes com as demais áreas da Psicologia, a informação mais relevante que pode ser compreendida através da revisão acima, foi que a escola não tem dado conta de assumir, sozinha, todos os seus problemas, e acaba ora buscando ajuda, ora jogando a

responsabilidade para a medicina, para a justiça, entre outros.

Vivem-se, atualmente, as consequências de um capitalismo que enseja sempre de antemão os valores financeiros frente aos sociais e isso gera diversos processos dos quais a humanidade não consegue dar conta de imediato. No presente artigo, mediante um resumo da história da Psicologia Escolar, foi possível observar que a entrada da população em geral dentro das instituições escolares aconteceu por uma imposição da economia. Houve, então, fracasso escolar em grande escala. A ciência buscou, a seu modo, identificar os aspectos que geraram esse conflito, com isso as condições sócio-culturais ganharam grande destaque nessas discussões, além, também, dos conflitos inatistas. Ficando visível, a todo o momento, que a escola se eximia de suas responsabilidades.

Ainda soa como natural o discurso de que o aluno não aprende porque é "pobre" ou porque lhe falte "condições cognitivas" para o aprendizado. Em grande escala vive-se a era medicamentosa, em que se acredita ser possível corrigir tudo com um remédio, com uma ação que seja imediata, sem que seja necessário refletir sobre os métodos de ensino e sobre as condições da escola.

Diante do exposto, constata-se uma contradição em trabalhar com tais aspectos, já que, se depois de tantos estudos, é possível enxergar a necessidade de compreender a instituição escolar inserida em um processo social e cultural, por outro lado, medicalizar os alunos seria uma nova maneira de empregar antigas suposições inatistas.

A Psicologia Escolar e Educacional de hoje se preocupa em superar a visão que atribui a apenas um ator educacional, ou a um único fator, a responsabilidade pelos problemas de ensino e aprendizagem. Tampouco coaduna com propostas simplistas, como aquelas que caracterizam a medicalização e a judicialização da educação. As práticas nessa área de atuação têm buscado ser plurais, alcançando não somente a alunos, como também a professores, gestores, funcionários e familiares dos estudantes; preocupam-se com o impacto das políticas públicas nos diversos segmentos educacionais e com os processos institucionais das escolas (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013).

Dos caminhos percorridos até aqui, podemos aprender a sempre repensar nossa prática de pesquisa e de atuação, pois podem estar carregadas pelos preconceitos e limitações de nossa época, como vimos nas teorias abordadas. Ao conhecermos a história dessa área, é possível evitarmos cair nos mesmos erros e trabalharmos sempre pautados por uma perspectiva crítica.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, D. R**. Estudos para uma história da psicologia educacional e escolar no Brasil.** 2011. 673 f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Curso de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BARBOSA, R. M. ; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 3, n. 27, p.393-401, jul./set. 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei no. 5.692/1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o 1º. e 2º. Graus, e dá outras providências. Revogada pela Lei no. 9394/1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm> Acesso em: 21 jul. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei no. 4.119/1962**. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4119.htmb> Acesso em: 31 maio 2017.

COLL, C. **Psicologia da educação**. Guarulhos: Salamandra Editorial, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica**. Brasília: CFP, 2013.

COSTA, C. R.; SOUZA, I. E. R.; RONCAGLIO, S. M. **Momentos em psicologia escolar.** Curitiba: Pinha, 1995.

GOULART, I. B. **Psicologia da educação**: fundamentos teóricos: aplicações à prática pedagógica. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

GUZZO, R. S. L. et al. Psicologia e educação no Brasil: uma visão da história e possibilidades

nessa relação. **Psicologia**: Teoria e Pesquisa, Campinas, n. 26, p.131-142, jan. 2010.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1990.

PATTO, M. H. S. Para uma crítica da razão psicométrica. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 47-62, 1997. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010365641997000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2015.

RIBEIRO, P. T. Fracasso escolar: os mitos que se mantém. In: MOSTRA ACADÊMICA UNIMEP, 10., 2012, Piracicaba. **Qualificação e expansão do ensino superior no contexto do plano nacional de educação.** Piracicaba: Unimep, 2012. p.1-4. Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/10mostra/5/417.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2015.

SANTROCK, J. W. **Psicologia educacional**. 3. ed. São Paulo: Mcgraw-Hill, 2009.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil**: história e trajetória. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

WECHSLER, S.M. **Psicologia escolar**: pesquisa, formação e prática. Campinas: Alínea, 2001.

YAZLLE, E. G. Atuação do psicólogo escolar: alguns dados históricos. In: CUNHA, B. B. B. et al. (Orgs.). **Psicologia na escola**: um pouco de história e algumas histórias. São Paulo: Arte-Ciência, 1997. p. 11-38.

Recebido para publicação em: 25/07/2016
Revisado em: 18/04/2017
Aceito em: 03/07/2017